



UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE ERECHIM  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**JEAN CARLOS ZIN**

**O MARTELO DAS FEITICEIRAS:  
SUAS BASES E A MENTALIDADE MEDIEVAL**

**ERECHIM**

**2017**

**JEAN CARLOS ZIN**

**O MARTELO DAS FEITICEIRAS:  
SUAS BASES E A MENTALIDADE MEDIEVAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Erechim, como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História.

Orientador: Professor Doutor Paulo Bittencourt

**ERECHIM**

**2017**

Zin, Jean Carlos

O MARTELO DAS FEITICEIRAS:: SUAS BASES E A MENTALIDADE MEDIEVAL/ Jean Carlos Zin. -- 2017. 39 f.

Orientador: Paulo José Sá Bittencourt.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em história , Erechim, RS , 2017.

1. Trabalho conclusão de curso . 2. Análise documental. I. Bittencourt, Paulo José Sá, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JEAN CARLOS ZIN

"O martelo das feiticeiras: suas bases e a mentalidade medieval"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: *Paulo José Sá Bittencourt*

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: *03.07.17*

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo José Sá Bittencourt

*Thiago Soares Leite*  
\_\_\_\_\_  
Prof. Thiago Soares Leite

*Luciane Gressana*  
\_\_\_\_\_  
Prof. Luciane Gressana

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a minha família que sempre me apoiou e acreditou em mim, em especial a minha esposa pela compreensão.

Em segundo ao meu orientador Prof. Paulo Bittencourt pela amizade e disponibilidade em fornecer sua orientação, sem a qual acho que não teria conseguido.

Em terceiro talvez o mais importante ao Deus que acredito ter concebido toda a criação e que gere todo o universo.

Por fim, mas não menos importante aos professores que acompanharam me no decorrer da formação e a Universidade Federal da fronteira Sul.

“[...] o que fazemos na vida ecoa na eternidade. ”. (Gladiador, 2000)

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade, buscar determinar quais foram as bases utilizadas para compilar a obra “MALLEUS MALEFICARUM”, ou em português “O Martelo das Feiticeiras”, um dos manuais da inquisição escrito por volta de 1484 pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, estabelecendo uma melhor compreensão da representação do feminino da época juntamente com as características e documentos que influenciaram a sua compilação, além de servir como ponto de partida para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Feminino. Inquisição. Documentos. Feiticeiras.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to determine what was used to compile the work “MALLEUS MALEFICARUM”, or in portuguese “O Martelo das Feiticeiras” One of the manuals of the Inquisition written around 1484 by the inquisitors Heinrich Kramer and James Sprenger, establishing a better understanding of the representation of the feminine of the time along with the characteristics and documents that influenced its compilation, besides serving as a starting point for future research.

Key words: Female. Inquisition. Documents. Witchcraft.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 O DOCUMENTO .....</b>	<b>11</b>
1.1 AS FONTES .....	12
<b>2 UMA BREVE HISTÓRIA DAS MULHERES .....</b>	<b>18</b>
2.1 A CRIAÇÃO .....	18
2.2 A FAMÍLIA E AS ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS .....	20
2.3 O PAPEL DE MÃE E ESPOSA.....	21
2.4 A REDENÇÃO DO PECADO.....	23
2.5 HEREGES E BRUXAS .....	24
2.6 A PROSTITUIÇÃO .....	26
2.7 OUTRAS MULHERES.....	28
<b>3 UMA BREVE ANÁLISE DO MALLEUS MALEFICARUM.....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar os fundamentos da representação do feminino a partir do “Martelo das Feiticeiras”, célebre manual da inquisição do século XV. Além da interpretação dessa fonte documental, em que se acredita estar representada parte expressiva da visão a respeito das mulheres por parte das elites intelectuais e eclesiásticas da Europa do Baixo Medievo, a investigação se dará por meio de artigos e obras que se debruçam sobre o tema, tais como os de Mário Pilosu, Jacques Le Goff e Régine Pernoud, cujos estudos auxiliam na compreensão da vida da mulher durante a Idade Média, proporcionando esclarecimentos oportunos sobre as possíveis bases semânticas para a representação do feminino.

Assim sendo, o trabalho se dividirá em três etapas. O primeiro aborda o conceito de representação e elucida os aspectos metodológicos para a análise do texto; no segundo capítulo será apresentada uma breve contextualização histórica da situação das mulheres durante a Idade Média; no terceiro capítulo dar-se-á a análise propriamente dita da obra sob análise “O Martelo das Feiticeiras”, com auxílio de referências já abordadas em capítulos anteriores, de modo a se construir um quadro semântico das representações do feminino no “Martelo das Feiticeiras”; além de apresentar os principais resultados da pesquisa, bem como considerações finais.

A ideia de se buscar o embasamento da representação do feminino no “Martelo das Feiticeiras”, surgiu de um interesse prévio pelos temas ligados ao período conhecido por “Idade Média”, temas que se mostraram ainda mais evidentes após ter cursado a disciplina de História Antiga Ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Bittencourt. Em aula específica do referido curso, o docente dissertou brevemente sobre a Inquisição, citando, para tanto, a obra de Heinrich Kramer e James Sprenger, conhecida como “Malleus Maleficarum” [ou em português “O Martelo das Feiticeiras”]. Desses elementos circunstanciais surgiu a decisão de se debruçar sobre o assunto para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), decisão esta que a seguir se desdobrou especificamente na ideia da análise do documento em si, com o intuito de se apresentar uma análise da representação do feminino que permeou estruturalmente a produção deste manual pelos autores acima citados durante o século XV.

## 1 O DOCUMENTO

O “*Malleus Maleficarum*”, ou em português “O Martelo das Feiticeiras”, foi escrito no século XV em torno do ano de 1484 por dois inquisidores conhecidos como Heinrich Kramer e James Sprenger, ambos nomeados pelo Papa Inocêncio VIII para julgar mulheres acusadas de feitiçaria na região que hoje abrange a Alemanha.

Durante o período de quatro séculos após sua compilação, o “MALLEUS MALEFICARUM” constitui-se no manual oficial da inquisição, responsável pela tortura e morte de cerca de 100 mil mulheres sob diversas acusações, dentre as quais, por exemplo, a “união com o demônio”, seguindo estritamente como um de seus princípios o preceito bíblico “à feiticeira não deixarás viver” (Ex 22,18).

O documento, além da abertura que dá ênfase às três condições necessárias para ocorrer a bruxaria, estrutura-se em partes, cada qual subdividida em inúmeras seções, que tratam dos seguintes aspectos: a primeira consistia em discurso destinado a juízes e continha instruções sobre as formas de reconhecer as bruxas em seus vários disfarces e ações; a segunda parte tinha por objetivo apresentar todos os malefícios realizados por meio de bruxaria, classificando-os mediante exposição pormenorizada; já a terceira parte trazia regras sobre as formas “legais” de se agir contra as bruxas, além de demonstrar como inquiri-las e condená-las.

Dessa maneira, o documento torna-se importante fonte histórica, e pois de caráter sumamente relevante, uma vez que possibilita a análise e a compreensão de parte expressiva da produção do discurso androcêntrico que tanto caracterizou o patriarcalismo típico da mentalidade judaico-cristão acerca da representação das mulheres no Ocidente, durante o baixo medievo. Com efeito, a obra serviu de referência para possivelmente justificar a submissão feminina ao marido-varão, na esteira do discurso patriarcalista que remontava ao Antigo Testamento, consagrando crenças que, nesse período, representavam o homem-varão como o ser perfeito criado por Deus e do qual derivou a mulher, feita de uma costela torta e tão somente para servi-lo, mas que tinha tendências a se desvirtuar facilmente, induzindo-o, inclusive, ao pecado.

Pois bem, para se alcançar os objetivos previamente delineados, buscou-se o embasamento em determinadas fontes, algumas das quais serão justamente apresentadas a seguir.

## 1.1 AS FONTES

Dentre as fontes bibliográficas (ou mais propriamente historiográficas) utilizadas para auxiliar na elaboração deste trabalho, destacam-se como “UMA HISTÓRIA DO CORPO NA IDADE MEDIA”, escrita por Jacques Le Goff e Nicolas Truong. O referido estudo demonstra que muitas vezes a dinâmica da civilização medieval resultou de certa maneira de um conjunto complexo de várias tensões. Dentre elas, uma das principais seria a que se origina do corpo e da alma, isto é, o tão propalado dualismo psicofísico, que opõe como princípios inconciliáveis a carne e o espírito, o primeiro sofrendo desprezo, condenado e humilhado, enquanto o outro constitui caminho para salvação, realidade última que só seria conquistada mediante ascética penitência corporal.

Representadas muitas vezes pela figura do monge, que mortifica seu corpo, a abstinência e continência eram consideradas pelo cristianismo como duas das maiores virtudes. Ora, praticá-las contribuiria para afastar as tentações da gula e da luxúria, os maiores pecados capitais aos que o homem poderia possuir, pois o pecado original de Adão e Eva, responsável pela fonte de todos os males que recaíram sobre a humanidade, torna-se, ao fim e ao cabo, um pecado de índole sexual.

A obra de Le Goff e Truong demonstra também que existem aqueles que, como Tomás de Aquino, veem o prazer do corpo como um bem necessário à humanidade, mas que deve ser regido pela razão a fim de se obter os prazeres do espírito que contribuem para o desenvolvimento de âmbito espiritual. Desse modo, o estudo evidencia a oscilação que ocorre entre a repressão e a exaltação no que tange às relações entre a carne e o espírito, mecanismo que traz consigo implicações fundamentais sobre a compreensão das representações dadas ao corpo na Idade Média, e seus respectivos significados.

Assim sendo, o dualismo entre corpo e espírito constitui uma das chaves de leitura fundamentais para a compreensão da vida das mulheres desse período, sobretudo com relação às suas representações pelo discurso androcêntrico (discurso ideológico medieval onde a tendência era diminuir a raça humana ao termo homem), produzido pelas autoridades religiosas. A associação por esse mesmo discurso entre a mulher e o corpo não só atestava uma compreensão da feminilidade com ênfase sobre a dimensão corporal como também delineava irreversivelmente o próprio lugar da mulher na economia hierárquica da salvação. Um exemplo típico desse recurso discursivo se encontra nas próprias formulações teológicas de São Tomás de Aquino. Segundo São Tomás de Aquino, se somente Eva tivesse cometido o pecado original, abstendo-se portanto de induzir Adão a também cometê-lo, a posteridade

humana estaria absolutamente livre de tão nefasto legado. Obviamente, aqui, as especulações teológicas de Tomás de Aquino nada mais faziam do que derivar do preceito tão consagrado no período medieval segundo o qual a mulher seria somente responsável pela transmissão da matéria no processo de procriação, ficando exclusivamente sob responsabilidade do varão a transmissão do princípio espiritual. Formulações como essas se entreveem como subjacentes a elucubrações de manuais inquisitórios, dentre os quais se encontra o próprio “*Malleus Maleficarum*”.

A historiadora Régine Pernoud, por sua vez, em seu estudo “*A Mulher nos Tempos das Cruzadas*”, nos conduz pela Idade Média a fim de compreendermos que as cruzadas, além de palcos de batalhas, foram aventuras através das quais milhares de soldados, reis poderosos, belas rainhas [outras nem tanto], juntamente com seus súditos, acabaram por se lançar por terra ou por mar. Com efeito, milhares de homens e mulheres, com suas famílias inteiras, tudo largaram para ir ao encontro dos lugares considerados santos pela religiosidade cristã.

Por meio de pesquisas em regiões do chamado Oriente Próximo, a historiadora Régine de Pernoud realiza um esforço para reconstruir, a partir de resquícios de indícios, a vida de homens e mulheres desse tempo, não poucas vezes esquecidos, muitos delas burguesas ou grandes damas da sociedade, outras, mulheres de comerciantes ou artesãos, humildes, religiosas, vindas de todos os povoados da Europa, e que viveriam por aproximadamente quatro séculos na Palestina e no reino de Jerusalém.

Régine Pernoud demonstra que mulheres como Poiteau, Sybile, Eleonora, Melisendra e Alix eram cultivadoras da terra, transmitiam a vida e eram responsáveis por guardarem os bens, sofrendo muitas vezes o rigor das derrotas, sendo por outras ocasiões escravizadas ou exiladas. Muitas delas, para a autora, eram mais que os homens, pela concentração de funções, sendo consideradas verdadeiras heroínas ao lutar pelo direito de viver pacificamente na terra que era considerada santa.

Outra obra de destaque para o prosseguimento desta investigação foi a de Jean Palou, intitulada “*A Feitiçaria*”. O referido estudo assenta a tese de que a feitiçaria constituiria um elemento pagão que teria sobrevivido na Idade Média, juntamente com outros elementos considerados abominações pelos cristãos. Jean Palou atesta que após a desintegração do Sacro Império Romano ocorreu uma caça sistemática às bruxas. Estima-se que aproximadamente dois milhões de feiticeiros e feiticeiras foram mortos na fogueira por toda a Europa num período curto de tempo, cerca de cem anos, violência repressora que atestaria a feitiçaria como sendo um perigo geral.

A feitiçaria, assim, teria sido especialmente responsável por seduzir a mente dos homens, afastando-os da segurança cristã, o que pode muito bem ser exemplificado pelo Sabá das feiticeiras, um fenômeno popularmente religioso e tipicamente peculiar do baixo medievo ocidental, que reunia sincreticamente elementos sobreviventes de ritual pagão juntamente com um esboço satânico da Missa Cristã. A mentalidade da época assegura que tais crenças adviriam de doenças, talvez mais de natureza mental, atribuídas a esses feiticeiros, que seriam então responsáveis por introduzi-las nos indivíduos saudáveis.

Assim Jean Palou nos afirma, de certa maneira, que a feitiçaria era a palavra mediante a qual eram rotulados os inimigos espirituais da ortodoxia religiosa assim o estudo de Palou, ao auxiliar na compreensão do fenômeno da feitiçaria durante a Idade Média, ajuda-nos a entender os motivos que levaram muitas pessoas à morte pela fogueira, acusadas de bruxaria, dialogando diretamente com o documento central deste trabalho, “O Martelo das Feiticeiras”, um manual escrito justamente para ensinar a identificar, julgar e punir as pessoas acusadas do mesmo mal.

Outra obra importante para a compilação deste trabalho intitula-se “História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália Séculos XV-XIX”. Nela, o historiador português Francisco Bethencourt procura entender o funcionamento desta instituição, analisando aspectos que lhe conferem algumas características propriamente definidoras, tais como as cerimônias de fundação, a apresentação dos condenados, as cerimônias de investidura e as visitas com propósitos de inspeção.

Além da análise de mecanismos como os da etiqueta, que visava regulamentar as relações dentro e fora dos tribunais, juntamente com os das formas de organização para a tomada de decisões, relacionadas com os poderes da Igreja e do Estado, o autor busca mais do que simplesmente reproduzir a imagem que foi consagrada na historiografia acerca da inquisição, almejando, para tanto, compreender os efeitos da repressão da heresia nas sociedades que as conheceram.

Dessa maneira, obras como as de Bethencourt demonstram o quão imprescindível é o conhecimento da instituição inquisidora em si, quanto aos seus aspectos também funcionais, para a compreensão das bases de suas crenças e, conseqüentemente, dos elementos discursivos que subjazem à compilação de manuais inquisitoriais, documentos auxiliares cuja finalidade era extrair a confissão dos acusados de heresia ou bruxaria para sua danação ou quem sabe para a pretensa salvação de sua alma do inferno por meio do arrependimento.

Outro renomado historiador, Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, é autor do instigante estudo “BRUXARIA E HISTÓRIA: As práticas mágicas no ocidente cristão”, no qual é

descrito que práticas mágicas constituíram um fenômeno com essência histórica, cujo desenvolvimento e surgimento se liga fundamentalmente às condições dadas pelo período. Assim ligadas a cada coletividade, essas condições desempenhavam uma função específica, de modo a funcionar como um fator de equilíbrio entre a existência e o possível.

Num período em que os praticantes de magia eram acolhidos ou rejeitados pela sociedade, onde os acusados por essas práticas eram presos, julgados e punidos, muitas foram as vezes que projetou-se sobre eles mesmos as responsabilidades pelas desgraças individuais ou coletivas, responsabilização explicada em grande parte pela incapacidade de se explicar e superar as adversidades enfrentadas durante a Idade Média, tais como as epidemias ou a morte de vários animais ao mesmo tempo, causadas, por exemplo, por fenômenos naturais, tais como o de um raio que cai em determinado lugar, sendo por isso muitas vezes atribuído a bruxarias.

Nogueira demonstra que, para os monopolizadores do poder social e da ortodoxia religiosa que se constituíam na Idade Média, as práticas consideradas mágicas eram a representação do mal e mediante as quais operavam as “ações do demônio”. A magia seria uma frente de escape ao controle político e social que se estruturava na época, ameaçando principalmente desintegrar uma estrutura de poder já constituída, uma vez que criava e estabelecia práticas divergentes.

O estudo de Nogueira vem a tornar evidente os sentidos e as motivações inconscientes sobre as formas pelas quais ocorreram tanto a permanência dessas práticas quanto os choques com a ortodoxia cristã, além de sua participação voluntária ou involuntária em situações do dia-a-dia da sociedade, procurando sobretudo as motivações que levavam aos homens daquele tempo procurar a atuação do irracional. A perspectiva de tais elementos é essencial para elucidar os fatores responsáveis pela condenação e pela morte de muitas pessoas acusadas de bruxaria nesse período, que, por atentarem sobretudo contra o domínio dos dogmas da igreja católica, tornavam-se em suas crenças passíveis de punição.

Além desses estudos, a presente pesquisa tem por base também artigos de autores como Jaqueline Sena Durães, autora do ensaio “MULHER, SOCIEDADE E RELIGIÃO”. A pesquisadora, ao buscar empreender uma análise do papel feminino no mundo de hoje, lança o esboço fundamental de sua investigação com base na reconstrução da própria origem da civilização humana. Cabe aqui destacar que, durante a grande etapa da evolução humana que teria precedido à emergência dos grandes Estados patriarcais da antiguidade, a divindade seria representada pela figura da mulher, indício que, por sua vez, tornaria bastante plausível a

hipótese segundo a qual o feminino traria consigo um lugar de destaque nas sociedades, que, nesse período, viviam da caça de pequenos animais e de coleta de alimento.

Como o homem ainda não conhecia seu papel na fecundação, imaginava-se desse modo que a mulher possuía um poder mágico que lhe aproximava do sagrado, desse núcleo advindo muitos mitos de criação mediante os quais a imagem feminina emergia como a responsável pela criação da Terra.

Contudo, tempos mais tarde, no momento em que o homem passaria a saber sua participação no ato de gerar uma nova vida, e, sobretudo, com o fortalecimento das sociedades patriarcais durante a emergência dos Estados bélicos do terceiro milênio a.C., ocorreria significativa inversão de papéis. O homem passaria a ser considerado superior, pois, na nova imagética da procriação, foi seu sêmen que, como próprio substrato espiritual, deu origem a uma vida nova, relegando a figura feminina a uma condição puramente subalterna e passiva.

O mito judaico da criação deve, portanto, ser situado na própria constelação dos mitos androcêntricos que as sociedades dos Estados patriarcais do antigo oriente próximo forjaram. Significaria, aliás, uma radicalização discursiva nesse sentido, pois os deuses-varões sumérios e acadianos seriam suplantados pelos Javé patriarcal e exclusivista. Deus cria o Homem para depois, a partir dele, criar a mulher, tornando o primeiro gerador da vida. Percebe-se, desse modo, como a inversão de papéis é operada também na narrativa bíblica, uma vez que, nas narrativas matriarcais, a mulher é geradora da vida e seu sangue é considerado fértil para terra, enquanto que, no mito do Gênesis 3,16 a mulher, por ter levado o homem ao pecado, seria castigada, tendo seu sangue visto como impuro. Assim sendo, dar à luz deixa de ser visto algo sagrado e passa a significar um sinal de inferioridade embora não seja a gravidez que é rebaixada, mas a dor na hora do parto. Em outras palavras, o que antes lhe dava grandeza, agora torna-a um ser inferior.

Desse modo este artigo vem contribuir para a compreensão da evolução da ideia, obtida no século XV, a respeito do feminino e das causas responsáveis pelas mudanças na representação da mulher do sagrado para o impuro. Outro artigo importante para a compilação deste trabalho é o que foi escrito pela Geysa Novais Viana, intitulado “AS BRUXAS NO *MALLEUS MALEFICARIUM*: características práticas e poderes demoníacos”, uma vez que apresenta um panorama geral sobre a Idade Média e as formas representacionais pelas quais a feitiçaria e bruxaria povoavam as mentes dos homens da Europa cristã.

Se no princípio, por exemplo, a Igreja identificava essas práticas como sendo ilusões e prestígios diabólicos, com o passar do tempo os clérigos, que seriam os guardiões do sagrado,

tomariam para si a tarefa de manipular e traduzir os imaginários numa tentativa para aquietar as consciências das pessoas.

É nesse sentido que, nos séculos XII ao XIII, iriam se iniciar as doutrinas e a homogeneização das crenças e procedimentos que faziam referência às práticas mágicas, ocasionando nos séculos seguintes a conferência gradativa de diabolicidade a estas crenças. A citada investigação, portanto, elucidada de maneira pertinente as bases históricas dos próprios mecanismos discursivos de diabolização que se encontram presentes nos discursos do clero, e sem os quais torna-se inoperante qualquer tentativa de compreensão dos processos de perseguição aos praticantes de bruxaria, enquanto agentes de infecção herética, com vistas à preservação dos homens e mulheres de fé.

Desse modo, seguimos o bosquejo reconstruindo uma breve contextualização histórica sobre a situação das mulheres na Idade Média.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA DAS MULHERES

Durante a Idade Média, o imaginário que se forma para com as mulheres parece desembocar em dois extremos indissociáveis: um, ligado à mulher pecadora; o outro à mulher virtuosa. O primeiro parece partir da ideia de que a mulher seria mais propensa a se desviar do caminho considerado virtuoso pelos cristãos, sendo, desse modo, passível de se entregar com mais facilidade a tentações da carne, a rituais considerados pagãos (bruxaria), e ainda tentar aos homens para que seguissem os mesmos caminhos. Já o extremo oposto que diz respeito às mulheres virtuosas parece se referir sobretudo àquelas que eram “bem vistas”, isto é, responsáveis pelo lar, submissas ao marido e verdadeiras cristãs.

Assim, damos início a primeira parte que tem por finalidade estabelecer as bases históricas necessárias para um melhor entendimento (1) das relações entre a mulher e a sociedade medieval, a fé, a bruxaria, (2) das representações androcêntricas produzidas pelos discursos da ortodoxia religiosa acerca do feminino, e da própria (3) atuação histórica das mulheres. Embora muitos acreditem que o papel das mulheres na Idade Média se resumisse apenas a cumprir suas tarefas socialmente determinadas por estruturas patriarcais e a se portar servilmente diante dos maridos, pode-se afirmar que nesse período sua condição histórica não se resumia apenas a isso. Representações de caráter andocêntrico de discursos patriarcalistas, sejam aqueles proferidos pela ortodoxia da religião ou por elites políticas, não são indicativos confiáveis da própria atuação das mulheres. Discursos que reduzem servilmente a condição da mulher tendem a ser mais relatos normativos do que descrições históricas. Além disso, podem omitir justamente uma atuação mais destacada de mulheres, contra a qual justamente se posicionam enquanto reação repressora. Daí a importância da reconstrução dos contextos históricos mediante o exame de fontes auxiliares, tanto documentais quanto historiográficas.

### 2.1 A CRIAÇÃO

Para compreendermos melhor as representações sobre a mulher, durante a Baixa Idade Média, é necessário conhecer a evolução histórica que embasou sua produção, evolução que remonta ao próprio relato do Gênesis sobre a criação. De acordo com Georges Duby, a célebre narrativa constituía um substrato ideológico que explicava três perguntas essenciais para a formulação da mentalidade do período medieval: “[...] por que a humanidade é sexuada? Por que é culpada? Por que é infeliz?” (DUBY, 2001, p.45).

Fica evidente que a busca pelas respostas para quase todo infortúnio que ocorresse a alguém nessa sociedade era explicado pela religião cristã com base no relato do Livro do Gênesis, segundo o qual primeiro Deus teria criado o Homem (Adão), à sua imagem e semelhança. A seguir, Deus o autorizou a comer de todas as árvores do jardim conhecido como Éden, com exceção da que ficou conhecida como árvore do conhecimento.

Então Deus considerou melhor não deixar o homem só. Criou então os animais, conduzindo-os para que Adão os nomeasse. Como o homem não encontrou alguém igual a si próprio, o Senhor o teria feito dormir profundamente, retirando-lhe uma costela a partir da qual criou a mulher. Por esse motivo, ainda segundo o relato bíblico, o homem abandonará seus pais para se unir à sua esposa, pois são fruto da mesma carne. Até esse momento da narrativa, eles não se importavam em estar nus, não possuindo, portanto, qualquer sentimento de vergonha.

Contudo, surge a serpente que representa de certa forma o “mal” para os cristãos, a serpente que seduz a mulher a comer do fruto proibido. A mulher, por sua vez, seduz o homem. Então Deus os condena: primeiramente a serpente; depois a mulher, que a partir desse momento sofreria para dar à luz; e o marido, que a despeito de seu domínio sobre a mulher, denominada então Eva, teria de colher do pão pelo suor do trabalho. Por fim, Deus os expulsa do paraíso.

Além de explicitar as razões pelas quais o homem foi expulso do paraíso e dos sofrimentos que em decorrência passariam a ser enfrentados por ele, demonstra os fundamentos explicativos sobre a subordinação da mulher ao homem. A subordinação, além de ser fundamentalmente consequência de própria instituição divina, era também reforçada pela ideia tão difundida de que “a mulher é fraca” por ter cedido à tentação da serpente. Com efeito, Hildegard de Bingen no século XII observa que Eva “[...] vê no homem aquilo que pode lhe dar força, assim como a lua recebe a sua força do sol. Razão pela qual é submetida ao homem e deve sempre estar pronta para servi-lo.” (LE GOFF, 1990, p. 52).

Assim, a mulher é representada como a lua dependente do sol, ou seja, ela depende do homem para ter sua força, devendo, portanto, submeter-se sempre a ele, como o Sol que origina a vida. A mulher, portanto, é relegada sempre a um lugar secundário, não sendo, portanto, nem o elemento de complementariedade para o equilíbrio e tampouco algo a completar o homem. Resumidamente, o extrato ideológico da narrativa do Gênesis consagra uma representação servilmente inferior da mulher em relação ao varão.

## 2.2 A FAMÍLIA E AS ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS

Por volta dos séculos X e XII, período caracterizado como o do feudalismo clássico, é possível vislumbrar certa influência cultural ainda dos povos bárbaros, que conviviam com os povos remanescentes do antigo Império Romano pelo menos até o século IX, de modo a ecoar determinados resquícios sobre a sociedade dos séculos seguintes, principalmente no que diz respeito à situação social das mulheres, que continuaram aparentemente limitadas ao âmbito familiar, embora algumas vezes vejamos mulheres exercendo funções que não lhes eram costumeiramente atribuídas, como pegar em armas, administrar os negócios do marido quando este estivesse distante ou mesmo impossibilitado de fazê-lo.

Percebe-se que:

Entre os séculos X e XI, quando as relações feudo-vassálicas condicionaram o tecido social de áreas importantes da Europa, houve uma transformação substancial nas estruturas familiares visando a manutenção do patrimônio. Até o século XI, o parentesco era definido horizontalmente, configurando-se até duas ou três gerações pelos parentes consanguíneos e pelos parentes por aliança. Lentamente, esse conjunto foi substituído por outro, definido verticalmente, onde as relações familiares passaram a ser ordenadas por uma descendência direta, por uma linhagem. (MACEDO, 1992, p. 14).

Dessa maneira houve uma profunda transformação na vida social, uma vez que a linhagem beneficiava de forma exclusiva os membros do sexo masculino na sucessão e herança familiar. Por conseguinte, os membros femininos da família saíam prejudicados no momento da sucessão, o que ocorria somente após o casamento, impossibilitando-lhes a responsabilidade imediata pela administração dos próprios bens que seriam seus por herança:

[...] apenas o filho primogênito passou a herdar a maior parte das posses. Tornava-se o *Caput Mansi*, o chefe da casa, o chefe da família. Os irmãos mais novos eram privados de quase todos os bens. Até o momento do casamento, viviam como domésticos do mais velho. Muitos partiam em busca de sua própria fortuna. As filhas foram totalmente excluídas da sucessão. Quando contraíam matrimônio recebiam uma carta de *Sponsalium*, um dote constituído de bens que seriam administrados pelo marido. (MACEDO, 1992, p. 14.)

Com isso, a forma de transmissão de bens buscava evitar o fracionamento do patrimônio da família, de modo que a mulher, ao se casar, passava a pertencer à família do esposo. Assim, ela era excluída da sucessão, não pondo em risco a riqueza paterna. Além disso, caso viesse a ficar viúva, também não teria direito à herança, de forma a apenas manter a posse de bens doados pelo seu pai e de um contradote recebido do esposo na ocasião do matrimônio.

Já para os mais jovens, que também saíam prejudicados pelas regras sucessórias, o casamento vinha representar uma importante modificação na sua vida social, pois ao se casar os homens tornar-se-iam senhores, ganhando dessa forma posição social, poder e respeito. Quanto mais rica era a pretendida, melhor seria seu dote para quem conseguisse desposá-la. Se não possuísse irmãos era uma oportunidade melhor ainda, pois o jovem esposo teria a possibilidade de se instalar nos domínios do sogro e talvez conseguisse se tornar chefe da família algum dia.

Embora não fosse muito comum, em determinadas localizações, mulheres da nobreza conseguiram se livrar dessa sujeição. Um importante documento inglês, conhecido como “English Exchequer Rolls”, que traz o registro de dados censitários e fiscais, demonstra que no período de 1140 até 1282 houve alguns casos de mulheres que por meio de pagamento aos funcionários do rei conseguiram certa independência na realização do matrimônio, já que poucas tiveram condições de pagar as quantias necessárias para ficarem independentes das decisões do pai ou das autoridades.

Contudo, quando havia a possibilidade de se pagar muitos dotes, pondo em risco a estabilidade do patrimônio familiar, o pai ou o chefe da casa, buscando diminuir o número de prováveis casamentos, optava muitas vezes por mandar as jovens aos conventos, a fim de se tornarem “esposas de Cristo”, de forma que a maneira pela qual os bens seriam transmitidos determinava o destino das moças.

### 2.3 O PAPEL DE MÃE E ESPOSA

A posição que os homens assumiam para com as mulheres não era das melhores. Segundo a obra de Georges Duby, na relação com suas esposas os homens não alimentavam os mesmos sentimentos que tinham com relação a outras mulheres. A ordem da sociedade na Idade Média parece estar focada no matrimônio, de modo que a instituição servia como um sistema responsável pela estabilidade do poder e da fortuna, não reservando espaço para a paixão, fantasia ou prazer.

O marido, por exemplo, que desejava com excesso a sua esposa era visto como adúltero pela Igreja e pelos outros homens, um ser fraco e imaturo. O amor idealizador era considerado sentimento próprio de jovens solteiros. Dessa maneira, era perfeitamente aceitável que o marido procurasse encontrar formas de satisfação do prazer sexual com outras mulheres. “A mulher tem os olhos voltados para o alto, para o céu. O homem olha para o

lado, para a meretriz, para o amor livre, para o amor-jogo, para o amor venal.” (MACEDO, 1992, p. 21)

A mulher, além de ser recatadamente religiosa, deveria respeitar o marido, dedicando-se aos filhos e aos seus deveres. O homem, por sua vez, não possuía impedimentos na busca de prazer com outras mulheres. Além disso, a superioridade do varão era justificada pelos pensadores da época até pela etimologia da palavra que designava cada sexo, uma vez que a palavra latina que representava o sexo masculino era “Vir”, lembrando a palavra “Virtus”, que significava força e retidão, enquanto a palavra que designava as mulheres era “Mulier”, associada à “Molitia”, que se relaciona com a fraqueza, a flexibilidade e a dissimulação.

Contudo, os homens, como pais ou maridos, ainda se reservavam o direito de castigar as mulheres como se fossem crianças ou um escravo, um direito de justiça inquestionável e absoluto. Segundo José Rivair Macedo na obra “A mulher na Idade Média”, Jacques Fournier era um inquisidor sob cuja guarda se encontravam registros do final do século XIII e início do XIV que atestavam muitos hábitos e costumes de comunidades rurais de determinada região da França, conhecida como fronteira meridional. Nesses registros, além de se vislumbrar o direito dos homens de se utilizarem da “sura conjugal”, consta também uma declaração feita ao inquisidor por um homem chamado Arnaud Lufre, uma declaração que traz consigo uma referência nada lisonjeira às mulheres: “A alma de uma mulher e a alma de uma porca são quase o mesmo, ou seja, não valem grande coisa”.

Podemos afirmar que, de certa maneira, os homens desse período possuíam ao mesmo tempo temor e desconfiança para com as mulheres. Muitos receavam que as suas esposas cometessem adultério, ou ainda que lhes oferecessem filtros mágicos que acabassem por levá-los a impotência. Outra grande fonte de preocupação por parte dos varões era a esterilidade que muitas vezes constituía um impeditivo para a concretização definitiva do casamento, já que se esperava como dever que a mulher concebesse filhos. Caso isso não ocorresse, a esposa acabava sendo humilhada ou maltratada, e o marido, após repudiá-la, poderia arranjar uma nova pretendente.

Não bastava para a mulher apenas ser esposa. Era preciso que fosse mãe. A sua capacidade gerar filhos, principalmente do sexo masculino, era o que lhe garantiria um lugar entre os demais familiares. Se chegasse a ficar viúva, teria uma certa ascendência, pelo menos de forma moral perante o filho. Caso contrário, só lhe era reservado um lugar no convento.

## 2.4 A REDENÇÃO DO PECADO

Ainda existia outro ponto de vista com relação as mulheres. Trata-se do ponto de vista propriamente religioso, a saber, o da mulher como um símbolo da perfeição, representação associada intimamente ao culto da Virgem Maria. Assim, no século XI, muitos iriam celebrar a felicidade do sexo feminino, com a representação da chamada “nova Eva”, que demonstra a mulher como algo capaz de representar a pureza, a santidade e a grandeza. Segundo Macedo, o tratado conhecido como “Cur Deus homo” consolaria as mulheres por meio da enunciação dos poderes de Maria: “assim como Eva foi a responsável pelo pecado original, a Virgem Maria, ‘nova Eva’, era fonte da redenção.” (MACEDO, 1992, p. 45).

Por meio de relatos escritos por volta do século XIII por monges, redigidos muitas vezes em língua vulgar e não em latim, o culto à Maria logo se propagou. Esses textos muitas vezes representavam milagres que ocorriam após a perpetração de transgressões, pecados ou calúnias, contra os protegidos da Virgem. Além disso, as narrações relacionavam-se com o ideal de vida que se propunha nesse período, a doo homem casto e da mulher virgem.

Nos “Miracles de Notre Dame”, escrito por Jean Miélot apud Macedo, narra-se a história de uma mulher pecadora que era prostituta, mas também devota de Nossa Senhora. Ela se abstinha de pecar aos domingos, fazendo doações ao altar da Virgem com o dinheiro que ganhava na profissão. Assim, quando essa mulher morreu, demônios tentaram arrastar a sua alma, não conseguindo fazê-lo devido à intervenção da Imaculada Virgem, que, ao salvar sua serva, possibilitou-lhe a oportunidade de permanecer no purgatório até ser totalmente absolvida de seus pecados.

Desse modo, percebemos que o ideal religioso a respeito da condição feminina exortava a perfeição que se deveria atingir pela castidade e virgindade. Mas, para alcançar-se esse ideal, era necessário que a promessa feita fosse sincera, de modo que as mulheres fossem puras. Ao recusar o prazer, não deveriam fazê-lo por obrigação, mas como sendo resultado de uma decisão voluntário com o intuito de se tornar um ato de purificação. Assim podemos perceber que havia uma ambiguidade estrutural nas representação femininas produzidas pelos discursos androcêntricos da ortodoxia religiosa: de um lado, a faceta da pureza espiritual, assentado sobre o paradigma da Virgem; de outro, a da fonte de perdição, à qual se ligava sobremaneira a bruxaria.

## 2.5 HEREGES E BRUXAS

Em torno do século XIII, ocorreu uma transformação no ponto de vista de autoridades religiosas e temporais para com grupos da sociedade considerados indesejáveis, e que, se até esse momento eram tolerados, passariam a ser perseguidos. Podemos afirmar, nesse sentido, que a figura do diabo, concebida até este instante como inofensiva perante a onipresença e onipotência de Deus, passa a ganhar mais importância na imaginação tanto das pessoas quanto dos clérigos. Associado ao crescente medo do demônio, emergia fortemente o temor em relação às feiticeiras. A correlação substancial desse sentimento constituiu-se no motor das perseguições. Tratava-se de exterminar o inimigo visível através de sua mais corriqueira manifestação: as bruxas.

Com o decorrer do tempo, esses novos valores morais iriam trazer uma mudança mais radical na concepção de feitiçaria. Surgia então a ideia de que havia pessoas sujeitas a perder-se, afastando-se de Deus e passando a adorar ao diabo, e que estariam fundamentalmente ligadas a atividades mágicas, características sem mais da feiticeira até então, mas que seriam acrescidas de ingredientes como os do culto ao demônio e da depravação sexual. Tais ditames acabariam por transformar muitas mulheres em bruxas, temidas ainda mais quando reunidas no célebre sabat.

Em fins do século XIII, tanto as autoridades civis quanto religiosas demonstravam preocupações ainda maiores para com o problema da magia. No que diz respeito aos homens, os magos eram considerados invocadores do demônio, de modo que a invocação transfigurava o diabo naquele que deveria servir ao mago. Contudo, após esse período, principalmente a partir de inícios do século XIV, preocupações da mesma ordem se voltaram principalmente para a mulher. Nesse sentido, ao contrário do mago, a bruxa passou a ser vista como uma adoradora do diabo, transformado nessa relação de servo em senhor, dada a condição servil com a qual se representava a mulher. A bruxa seria responsável por vários males, dentre os quais, a impotência dos homens e diversos malefícios de toda a espécie.

Assim, a perseguição da Inquisição contra as bruxas acabou por reprimir a sexualidade feminina, pois muitas mulheres acusadas de comportamentos anormais e desviantes acabaram condenadas a morrerem nas fogueiras. Todo comportamento estranho, expresso por atitudes, sensibilidades e mentalidades, acabava por despertar suspeita, e rapidamente desembocavam em acusações de heresia, loucura e bruxaria. Mulheres com gostos ou atividades consideradas exóticas acabavam facilmente despertando a atenção das autoridades repressoras, de modo que muito raramente escapavam da perseguição, cujo auge ocorreria no século XV, embora

práticas sistemáticas de extermínio já estivessem em andamento nos séculos imediatamente anteriores.

De certa maneira, não é de surpreender que práticas sistemáticas de repressão à mulher no ocidente medieval tenham sido alimentadas ideologicamente por formulações há muito consagradas, tais como a da susceptibilidade da mulher a se desvirtuar e a de mais facilmente seguir o demônio, e que remontam às narrativas mais antigas da criação no mundo semítico. Princípios como o da responsabilidade da mulher pela perdição do homem são entrevistados como pano de fundo em especulações teológicas de Tomás de Aquino que sistematizam a ideia de imperfeição do feminino:

No fenômeno da geração, é o homem que desempenha um papel positivo, sua parceira é apenas um receptáculo. Verdadeiramente, não existe mais que um sexo, o masculino. A fêmea é um macho deficiente. Não é então surpreendente que este débil ser, marcado pela *imbecilias* de sua natureza, a mulher, ceda as tentações do tentador, devendo ficar sob tutela.” (apud NOGUEIRA, 1991, p. 105).

Assim fica evidente que o homem é a perfeição, enquanto a mulher é um ser que deve ser vigiado, pois, sem alguém para zelar por elas, é quase certo que irão sucumbir às tentações. Se muitos apetites fazem com que o homem se renda a um ou dois pecados, a mulher é arrastada para dentro de todos os pecados:

Toda a perversidade é não obstante pequena para a perversidade de uma mulher. O que é a mulher além de um inimigo da amizade, uma punição inescapável, um mal necessário, uma tentação natural, uma calamidade apetecível, um perigo doméstico, um delicioso dano, um mal da natureza pintado de belas cores! (NOGUEIRA, 1991, p. 106)

Dito de outro modo, além de elas caírem muito facilmente em tentação, como um ser que se ludibria também com muita facilidade, acabavam por fazerem os homens se entregarem às tentações da carne e, assim, a sucumbirem igualmente ao pecado. Além disso, a mulher que não está ocupada, sem o perceber, tem sua mente voltada a pensamentos impuros. Presumia-se, nesse sentido, que a forma mais fácil de mantê-las longe do pecado era ocupá-las em atividades laborais permanentes, voltadas sobretudo para a consagração de sua condição servil e de práticas consideradas moralmente virtuosas. Com suas mentes focadas sem trégua, estariam mais seguras diante de sua própria índole pecaminosa, de modo a não sucumbirem a pensamentos impuros, como São Bernardinho de Siena pregava:

A fizeram varrer a casa? Sim. Façam-na varrer. A fizeram lavar de novo as tigelas? Façam-na relavar. A mandaram peneirar? Façam-na então peneirar. Ela fez a lixívia? Façam-na prepará-la em casa. - Mas ela tem uma serva! Não importa a servente.

Deixem-na fazer [a esposa], não por falta de ter quem faça, mas para aplicar-lhe um exercício. Façam-na velar as crianças, lavar os cueiros e todo o resto. Se não lhes acostumas a fazer de tudo, ela se converterá em um bom pedacinho de carne. Não abandone suas alegrias, eu te digo. Enquanto a mantiveres ocupada, ela não permanecerá à janela e não lhe passarão pela cabeça outras idéias. (NOGUEIRA, 1991, p. 107)

Assim, a mulher deve-se manter ocupada. Do contrário, acabaria por se entregar às tentações. Enquanto as mulheres estiverem permanentemente ocupadas, assim propala o discurso androcêntrico, os homens não precisarão mais se preocupar com ameaças de uma traição, por exemplo. Senão na tarefa que estão a desempenhar, mulheres ocupadas não pensarão em mais nada.

## 2.6 A PROSTITUIÇÃO

Devido à pouca documentação existente, pouco se sabe sobre a prostituição nos domínios da área rural durante o baixo-medieval ocidental. Muito se especulou sobre a possibilidade de existência das chamadas casas das mulheres, uma repartição destinada aos serviços artesanais femininos que acabaria exercendo grande atração sobre os senhores. É muito provável que eles e seus hóspedes, quando percorriam as propriedades, juntamente com jovens solteiros que buscavam satisfazer a seus instintos sexuais, acabassem procurando mulheres que atuavam nesses recintos, pois justamente nesses espaços privados e domésticos se encontrariam as mulheres que podiam ser tomadas facilmente.

Além disso, outra demanda pelo consumo sexual de mulheres se dava parte dos exércitos. Combatentes muitas vezes procuravam se entreter, entre os períodos de ócio, de paz e de trégua, com essas mulheres, o que ocasionava verdadeiros contingentes femininos no seguimento de tropas. Nogueira destaca que essas arregimentações de mulheres chegavam muitas vezes a vinte e cinco por cento da quantidade de homens que combatiam. Se fizermos um cálculo rápido, pode-se estimar que, para cada cem homens no exército, iriam junto aproximadamente vinte cinco prostitutas, uma estimativa muito expressiva, levando em conta o tamanho dos exércitos que se mobilizavam naquela época, contingentes militares que podiam alcançar dezenas de milhares de soldados.

Contudo, também cabia a essas mulheres prestar todo o tipo de serviço, como cuidar dos enfermos, cozinhar e lavar, além de distribuir estoques de alimentos e muitas vezes tapar buracos em estradas para a passagem dos engenhos de guerra. Essas mulheres, portanto, seriam submetidas a uma rigorosa disciplina por intermédio de um único homem, a quem se

denominava “sargento das prostitutas”, e que deveria ser um guerreiro com experiência e autoridade. Para tanto, ele chegava a receber um soldo elevado, e possuía o direito de angariar uma porcentagem sobre a exploração das meretrizes.

Nas cidades, devido à disponibilidade de documentação mais abundante, é possível delinear com maior clareza os centros em que se concentravam as atividades ligadas ao meretrício (prostituição). Nesses documentos, principalmente os dos séculos XIV e XV, torna-se evidente, segundo Nogueira, que em muitas cidades como as da França o meretrício não era apenas algo tolerado, havendo até mesmo lugares alugados pelos próprios chefes das comunidades ou por burgueses, além de espaços públicos destinados à mesma finalidade.

Existiam também, em alguns locais, espécies de termas ou estabelecimentos de banho nos quais as pessoas podiam desfrutar dos prazeres da carne. Ruas inteiras voltadas para esse ofício podiam muitas vezes ser designadas como tais, de modo que não poucas vezes se proibia a convivência nesses lugares aos homens casados e a suas famílias, o que atesta que essa atividade deveria se desenvolver em lugares muitas vezes mais afastados dos centros onde viveriam as chamadas pessoas de bem.

Não obstante, sempre se afirmou que a prostituição foi um “mal necessário”. Segundo Duby Santo Agostinho, por exemplo, chegou ao ponto de afirmar no século V: “Suprimi as meretrizes e as paixões libidinosas dominarão o mundo”. A prostituição, nesse sentido, acabava por contribuir para com próprios os ditames androcêntricos da cristandade, constituindo de certa maneira como uma válvula de escape para as limitações com relação ao sexo impostas pela Igreja, já que o casamento era visto como um sacramento cercado de interditos e obrigações que sempre tendiam condenar a busca pelo prazer sexual. Assim, ao passo que com a esposa cumpria suas obrigações de marido, o homem desfrutava da liberdade de procurar prostitutas para obter a satisfação prazerosa de seus desejos carnis.

De outra parte, a prostituição como instituição social resolveu o problema de muitos jovens, diminuindo a ocorrência de estupros e de violência cometidas pelos mesmos, além de funcionar também como uma espécie de remédio para clérigos que muitas vezes sentiam fraquezas perante a tentação dos prazeres carnis. Portanto, embora vista como perversa pelos moralistas, a prostituição era vista como meio de salvaguarda da moralidade pública. Mais do que tolerado, o meretrício era estimulado, o que não impedia que as meretrizes fossem mal vistas, sendo necessário, pois, o afastamento das prostitutas em relação às pessoas de bem, relegadas então em espaços segregados.

Percebe-se, portanto, que uma das mais antigas profissões da sociedade, embora mal vista por muitos, era consagrada como um “mal necessário”, a fim de manter a ordem e os

bons costumes da sociedade, e evitar, dessa maneira, a proliferação de males considerados ainda piores, tais como o estupro e o adultério.

## 2.7 OUTRAS MULHERES

Dentre tantas mulheres, entre escravas, burguesas, artesãs e inúmeras outras, talvez duas delas chamem mais atenção ao estudioso do assunto: uma delas, conhecida pelo nome de Ana Comnena, ganha destaque por volta dos anos de 1095-1099. Filha do imperador bizantino Aleixo, teria sido, segundo Régine Pernoud a primeira historiadora responsável pelo relato mais completo do evento conhecido hoje como Primeira Cruzada. Trata-se, portanto, da mulher que primeiramente testemunhou a história complexa do processo que abalou as relações entre o Oriente e o Ocidente medievais, demonstrando que, dentre as distorções que existem com relação ao conhecimento histórico das cruzadas, a mais equívoca talvez seja a da visão do homem partia sozinho para a Terra Santa.

Segundo Ana Comnena, “enormes multidões, homens, mulheres e crianças” compunham os contingentes transeuntes de cruzados (apud PERNOUD, p. 24. 1993). Ela atestava que o costume de fato era que muitas vezes os casais partissem juntos para a aventura cruzadística, com as damas normalmente acompanhando seus maridos, indício que fortalece ainda mais a complexidade histórica da mobilidade populacional. As cruzadas consistiriam, nesse caso, mais do que uma expedição propriamente militar ou uma guerra de conquista. Ainda que armadas, as expedições cruzadísticas eram fundamentalmente movimentos de peregrinação.

A outra personalidade histórica nasceu por volta do ano de 1412 foi Joana D’arc, segundo Régine Pernoud, Joana foi uma rapariga semelhante às outras de seu tempo, uma pastora que não teria saído do anonimato se não fosse por sua piedade, e desde muito cedo teria tido visões místicas que lhe anunciavam a vontade divina de libertar a França dos ingleses. Virgem devido ao estímulo recebido da missão que lhe foi designada, Joana D’arc foi à procura do chefe militar da região onde nascera para que o mesmo a conduzisse à presença de Delfim Carlos, futuramente conhecido como Carlos VII.

Com a autorização do príncipe, Joana teria marchado para Orleães, que se encontrava sobre o domínio dos ingleses, liderando os defensores que obtiveram a vitória nessa e em muitas outras localidades. Com isso, Carlos se sagrou rei em 1429, o que não impediu que, em 1430, numa derrota em Compiégne, a prisão de Joana pelas forças inimigas, entregue

então aos ingleses. Julgada por uma inquisição, em 1431, cujos membros, por coincidência ou não, eram inimigos declarados de Carlos VII, buscou-se a todo custo provar que Joana era herege e bruxa, o que atestava o caráter essencialmente político do processo inquisitorial, pois, a depender do resultado, Carlos VII poderia ser acusado de recorrer a uma bruxa, sendo, pois, auxiliado por poderes maléficos de magia negra.

Dessa forma, os juízes buscaram explorar um aspecto que não estava obrigatoriamente ligado a sua religiosidade, mas sim ao seu comportamento, e que consistia na utilização de roupas masculinas, um grande pecado de acordo com as Escrituras Sagradas, que proibiam expressamente a mulher de se vestir dessa forma. Assim, ao fazê-lo, Joana teria abandonado a vida e hábitos femininos, uma vez que a mesma liderava homens, rompendo com isso rompeu a ordem natural das coisas de acordo com a determinação divina, segundo a qual o homem era exclusivamente o ser viril.

Com isso, tendo sido submetida a sentença rigorosa, foi considerada idólatra e condenada à prisão perpétua, com alimentação à base de pão e água. Além de ter seus cabelos raspados, Joana também teve que se vestir novamente como uma mulher. Encontrada alguns dias depois novamente com vestes masculinas, e tendo afirmado a experiência de novas visões, Joana foi definitivamente acusada como herege reincidente e indigna de misericórdia. O desfecho do conturbado processo foi sua execução na fogueira em praça pública.

Podemos afirmar que, tanto para os acusadores como para os que liderou em vida, Joana D'Arc era um símbolo mobilizador, vindo a tornar-se para muitos franceses um símbolo da própria nacionalidade em construção, representando a França numa época onde a voz e a ação das mulheres padeciam de enormes limitações. Joana e Ana, além de muitas outras mulheres que souberam enfrentar e romper as barreiras impostas por seu próprio tempo, são fortes ecos emudecidos pelo discurso androcêntrico que, reativamente a tais ações, relegou às mulheres a uma condição essencialmente subalterna diante dos varões. As tensões complexas que permeiam a história das mulheres atestam fortemente a correlação de forças, em seu intrincado jogo, entre o discurso normativo das representações patriarcais e a ação dissonante das mulheres no campo da própria história.

### 3 UMA BREVE ANALISE DO MALLEUS MALEFICARUM

Durante a Idade Média ocorreu uma crescente demonização da figura da mulher. Desde a remota antiguidade, as mulheres exerciam funções de curandeira e parteira, preservando um legado de práticas e de conhecimentos que lhes eram transmitidos de geração à geração. Contudo, com o transcorrer dos séculos, essas mesmas mulheres passaram a representar uma ameaça, devido sobretudo a três fatores fundamentais: 1) o poder médico que estavam desenvolvendo; 2) a formação frequente de extensas confrarias, que muitas vezes partilhavam entre si conhecimentos exotéricos para a cura do corpo e da alma; 3) a participação recorrente desses grupos em revoltas camponesas que integrariam o intrincado processo de formação das nacionalidades num período futuro.

Até meados do período medieval, muitas das regras morais do cristianismo ainda não haviam penetrado com vigor nas camadas mais populares, tanto do mundo rural quando urbano, de maneira que ainda era possível se encontrar muitos extratos de crenças pagãos em meio à religiosidade cristã. Com efeito, as regras convencionais características da ortodoxia religiosa funcionavam com mais eficiência em homens e mulheres que integravam as classes mais dominantes e que transmitiam seu poder por meio da herança. Além disso, em sociedades regidas por estados teocráticos, ingrediente definidor das muitas sociedades do Ocidente Medieval, a transgressão da fé se ligava muitas vezes à transgressão sexual. Os inquisidores souberam explorar exaustivamente essa conexão, punindo as mulheres por causa disso.

Dessa maneira, a Igreja Católica buscou afirmar, por meio de um discurso religioso que se definia como ortodoxo, a existência de bruxas, possuidoras de poderes sobrenaturais que poderiam supostamente transformá-las em animais, permitindo-lhes também alçar voos, com o auxílio de uma “pomada voadora, que tem sua fórmula definida pelas instruções do diabo e é feita dos membros de crianças mortas” (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 28). Ao se passar a pomada em uma cadeira ou cabo de vassoura, tais objetos seriam elevados aos ares. As bruxas ainda eram capazes de lançar feitiços principalmente contra os homens, fazendo-os perder a ereção e a ejaculação, atestando um dos maiores temores dos homens, considerados nessa época como o ser quase perfeito, responsáveis por conceder a vida, qual seja, o de perder a ferramenta fállica que viabiliza a perpetuação do gênero humano. Medos coletivos dessa natureza contribuíram enormemente para o aumento de representações

estereotipadas para com as bruxas, acirrando processos de repressão com vista ao seu extermínio.

Mas, segundo essas mesmas crenças, não somente o homem poderia ser atingido. Com o auxílio do demônio, bruxas também seriam capazes de causar doenças em animais, e matar crianças ainda no útero da mãe. Cristalizou-se, assim, nesse período um imaginário social em que a bruxa era responsável, juntamente com outros grupos proscritos como o dos judeus, pela disseminação de males que poderiam assolar toda a comunidade.

A bula papal de Inocêncio VIII concedeu autonomia aos inquisidores para utilizar-se de métodos de tortura durante os interrogatórios a fim de se obter qualquer informação necessária à atribuição de sentenças nos julgamentos. Nesse sentido, *O Martelo das Feiticeiras* foi bastante utilizado no medievo justamente devido às instruções nele contidas sobre as formas de identificação e punição de uma bruxa após sua captura. Seus pressupostos teológicos, além de remontarem à Bíblia, assentam suas bases sobre especulações de obras conceituadas de outros autores, como São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, as leis cânones e seculares (civis), além de tratados anteriores como “O Decretum”, escrito por Burchard Worns por volta do século X, do qual muitos inquisidores se serviram para identificar atos passíveis de punição por parte das mulheres (bruxas). *O Martelo das Feiticeiras*, portanto, aparenta ser a compilação final de obras anteriores, ligadas justamente ao movimento de condenação de hereges que ganhou força no decorrer do medievo.

As secções d'*O Martelo das Feiticeiras* dividem-se em três partes. A obra, por meio de argumentação e questões, relaciona os indícios que permitem identificar possíveis bruxas, esclarecendo igualmente os aspectos constituintes de sua magia.

A primeira parte trata das três condições necessárias para a ocorrência da bruxaria, quais sejam, o Diabo, a Bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso, e tenta a todo custo provar a existência do fenômeno, esclarecendo, nesse sentido, a maneira pela qual o demônio se aproveita do corpo feminino (Íncubos) e em alguns casos do corpo masculino (Súcubos). Íncubus e súcubos nada mais são do que as formas assumidas pelo demônio na relação com os dois sexos, “pois o demônio é Súcubo para o homem e se torna Íncubo para a mulher.” (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 85) Assim, a presente seção se desdobra através de questões que buscam explicar como as mulheres, por serem inferiores aos homens, são por natureza mais facilmente atentadas e persuadidas pelos demônios.

A segunda parte aborda os métodos pelos quais são infligidos os malefícios, e de que maneira podem ser curados, descrevendo também as formas de acordo com as quais as bruxas estabelecem encontros com o demônio. Traz também instruções específicas sobre

modos para se tornar imune aos atentados das bruxas, através de remédios preventivos e curativos, além de explicitar os ingredientes que encerram o pacto com o demônio.

A terceira parte enfoca as medidas judiciais nos tribunais, tanto eclesiástico quanto civil, contra as bruxas e hereges, e elenca questões que buscam definir as normas para a instauração dos processos, explicando também os modos de conduzir o processo e de se lavrar as sentenças.

Os pressupostos teológicos contidos no *Malleus Maleficarum* fundamentavam a repressão às bruxas por intermédio de prisões, mortes por enforcamento ou fogueira, antecedidas por métodos de tortura consentidas pelos clérigos medievais que visavam à obtenção de uma confissão favorável ao crime de heresia ou bruxaria. Aliás, nesse sentido, os autores deixam claro o objetivo de sua compilação: “[...] desenvolvemos essa obra para que possa ficar a cargo dos Juízes os métodos de processar, julgar e sentenciar nesses casos”. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 381), ou seja, o manual seria uma instrução-base para o procedimento dos juízes nesses casos. Além disso, fica evidente que o estilo peculiar de narração que caracteriza o *Malleus Maleficarum* em sua totalidade é permeado de austeridade e de certezas inabaláveis, desprovida de qualquer humor e dúvida sequer metódica. Mesmo no que se refere à interpretação de situações ambíguas e incertas, as respostas são sempre temperadas por convicções próprias de quem se crê detentor de uma verdade inquestionável.

No *Malleus Maleficarum*, a ênfase recai sobre a execração permanente das mulheres como instrumentos de desvirtualização dos homens. É, pois, nessa perspectiva que se vislumbra a insistência dos escritores, ainda na primeira parte do manual, sobre a inferiorização do feminino, com passagens que parecem claramente decorrer de interpretações das Sagradas Escrituras:

E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim, dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 116)

É claramente possível defender a ocorrência, aqui, de uma compreensão distorcida dessa passagem das Escrituras, uma vez que na narrativa do Gênesis que narra como Deus teria criado o mundo, juntamente com todas as coisas, em momento algum se observa qualquer referência ao fato de a costela utilizada para fazer a mulher ser curva. O trecho, com efeito, descreve a criação da mulher na seguinte maneira “Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne

em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou a mulher, e trouxe-a a Adão”. (Gn 2, 21-23).

Deve-se, portanto, levar em conta as representações dessa mulher criada por Deus para se procurar entender as bases deste manual, pois Eva é quase sempre mal vista, acusada sem trégua pelos clérigos de ter sido a responsável pela persuasão de Adão para que comesse do fruto proibido, o que culminou no célebre pecado original do mundo, mediante o qual a raça humana acabaria sofrendo a punição divina.

Por conseguinte, a sexualidade feminina acabaria sendo associada ao pecado original, pressuposto subjacente aos discursos religiosos da época que exaltam a natureza pretensamente impura da mulher, e que decorria diretamente da condenação de Eva como a representante do mal (ou seja o feminino) no Velho Testamento. Mais tarde, a representação do feminino receberia outra conotação, diametralmente oposta, advinda do culto à Maria, Mãe de Jesus, no seio da Cristandade, e que exortavam a obediência servil e a fidelidade como virtudes superiores para as mulheres. Intensificado no período do Baixo Medievo, o culto, contudo, remontava à própria Antiguidade Tardia, conforme se lê nos escritos de São Jerônimo: “há uma mudança do nome de Eva para Ave e todo o pecado de Eva é expungido pela bem aventurança de Maria. Portanto, cabe aos pregadores louvá-las sempre que possível..” (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 116).

Dito de outro modo, Maria acabou sendo canonizada como modelo supremo de santidade para as mulheres perante a Igreja Católica, conquistando, assim, vários fiéis. Ainda de acordo com a análise da primeira parte do manual, um pressuposto teológico que também contribuiu decisivamente para a cristalização de uma visão estereotipada da mulher enquanto alvo vulnerável das ações demoníacas era a crença de que o desencadeamento dos malefícios pela bruxaria só seria possível devido à permissão de Deus. O homem, por sua vez, além de ser isento de toda e qualquer responsabilidade pelas consequências das ações de forças maléficas, mantinha intacto o núcleo teológico que embasava sua própria representação como um ser superior diante da mulher, como se conclui nas palavras de Kramer e Sprenger: “E abençoado seja o Altíssimo, que até agora tem preservado o sexo masculino de crime tão hediondo; como Ele veio ao mundo e sofreu por nós, deu-nos, a nós homens, esse privilégio”. Deus, portanto, teria privilegiado o homem a tal grau a ponto de vir ao mundo na forma masculina, crença foi fortemente aceita pela interpretação enviesada de que o homem-varão, e não o humano em sentido universal, seria exclusivamente, por semelhança, a imagem de Deus.

Além disso, neste manual, é expresso de maneira explícita a culpa das mulheres e a inocência dos homens, tornando possível o julgamento de mulheres e a aplicação das penalidades guiadas pelas leis de Deus e civis nos processos inquisitoriais. Por meio desses estereótipos, muitas mulheres acabaram por ser identificadas às bruxas. Um deles, amplamente propagado por muitos da sociedade medieval, assentava a causa explicativa para a facilidade com que as mulheres sucumbiam ao pecado sobre o que seria pretensamente a maior de suas fraquezas, a saber, sua suposta inferioridade intelectual, conforme expressa a primeira parte do manual em passagens como essa: “por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria” (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 116). O significado de tal propensão estaria contido na própria formação da palavra feminina:

E tal é o que indica a etimologia da palavra que lhe designa o sexo, pois *Femina* vem de *Fé e Minus*, por ser a mulher sempre mais fraca em manter e em preservar a sua fé. (...) portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la - fenômeno que conforta a raiz da bruxaria. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 117).

Santo Agostinho talvez seja aquele que melhor define a visão da bruxa que a cristandade medieval consagraria:

Bruxas, também chamadas de feiticeiras, são assim denominadas por causa da magnitude de seus malefícios. São as que, pela permissão de Deus, perturbam os elementos - as forças da natureza -, são as que confundem a mente dos homens, conduzindo-os à descrença em Deus, e que, pela força terrível de suas fórmulas malignas sem qualquer poção ou veneno, matam seres humanos. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 67-8).

Esta deturpação da imagem do feminino, delineada pelo discurso religioso, fomentava, nas relações sociais e no imaginário, atitudes e sensibilidades acentuadamente misóginas, marcadas pelo medo diante da ameaça dos malefícios operados pela bruxaria. Representações dessa ordem, portanto, acarretavam uma legitimidade simbólica sempre precedentes às perseguições violentas perpetradas pela máquina inquisitorial, que utilizava-se de torturas para obter as confissões de seus supostos crimes contra a fé católica.

Assim, ao utilizar-se de procedimentos dolorosos e de violência repressiva, as mulheres acusadas de bruxaria tinham poucas ou nenhuma chance de provar sua inocência. Acabavam, assim, por confessar seus crimes, etapa que as levava geralmente à execução nas fogueiras como forma de espetáculo nas praças públicas. Contudo, não obstante a confissão de seus crimes, os autores insistem, conforme se atesta na segunda parte do manual, que os

condenados não alcançariam a paz divina, pois “embora pudessem ser livradas da possessão diabólica pela confissão sincera, continuaram a ser atormentadas por muito tempo e seriamente, sobretudo à noite. E Deus assim permite para seu próprio castigo”. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 373).

Em outras palavras, mesmo que as supostas bruxas viessem a confessar seus crimes de heresia, acreditava-se que elas continuariam a sofrer o tormento do demônio, o que ocorreria com o próprio consentimento de Deus, uma vez que a mulher traria em sua natureza a predisposição ao pecado, atributo de sua essência desde a criação do mundo e, portanto, no ato mesmo de criação por Deus da primeira mulher, Eva.

A bula de Inocêncio VIII fixa claramente o propósito de dar fim à bruxaria, e enumera, para tanto, os efeitos almejados com o banimento:

Desejando (...) que a fé Católica (...) cresça e floresça por todas as partes, e que toda a depravação herética seja varrida de todas as fronteiras e de todos os recantos dos fiéis, é com enorme satisfação que proclamamos e inclusive reafirmamos os meios e métodos particulares pelos quais nosso desejo piedoso poderá surtir os efeitos almejados. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 43).

A consecução de muitos desses efeitos requeria, portanto, o recurso a julgamentos, torturas e punição. Curiosamente, segundo o manual, cabe ao juiz observar se os fatos apresentados são verídicos de maneira que: “Nessa eventualidade, tem três pontos a considerar, quais sejam, a sua má reputação, a evidência dos fatos e o depoimento das testemunhas. Cumpre verificar se esses três elementos são concordantes entre si”. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 412).

Muito embora se estabeleça a necessidade de clara evidência dos fatos, assegurada pelos três ingredientes relacionados, para só então se poder professar o veredito sobre a acusada, caso a réu resistisse a confessar seu crime de heresia caberia intensificar o rigor da tortura por determinação do juiz de modo, conforme se constata no manual: “convém confinar a acusada na prisão por algum tempo, ou por alguns anos, caso em que, talvez, depois de padecer por um ano das misérias do cárcere, venha a confessar os crimes cometidos”. (KRAMER; SPRENGER, 2004, p. 413)

Ora, nos julgamentos perpetrados com base no manual, as acusações de bruxaria feitas pelos juízes inquisidores recaíam a grosso modo sobre grupos específicos de mulheres, que constituíam, portanto, alvos preferidos para denúncias de crimes contra a fé: eram velhas, viúvas ou suspeitas de ações sedutoras. É o que se depreende perfeitamente dos discursos religiosos contidos também neste manual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo e análise pormenorizada do mais célebre manual da Inquisição no Ocidente Medieval, conhecido como *O Martelo das Feiticeiras* [ou em seu título original em latim *Malleus Maleficarum*], é possível concluir que os discursos da época, tanto de caráter pretensamente científico quanto religioso, eram repleto de representações estereotipadas sobre a mulher, considerado um ser inferior. Com base na medicina subscrita pela ortodoxia religiosa e pelo pensamento androcêntrico como detentora do monopólio da cura, as autoridades eclesiais e civis exortavam a necessidade de se reprimir energicamente as práticas femininas de manuseio de ervas e de realização dos partos. Além disso, é possível observar no discurso inquisitorial uma conexão de fundo entre a figura feminina e a bruxaria, relação que fica evidente quando o manual aborda os rituais que integram o culto dos sabás. Os estereótipos, nesse caso, apontavam como fenômeno geral para as danças das mulheres com os demônios, cenários em que muitas vezes, assim acreditava-se, ocorreria igualmente o intercuro sexual entre as partes. Assim, práticas sexuais demonizadas constituíram a base para a produção de bruxas, denotando a sexualidade pelos atributos do impuro e do maléfico.

Torna-se evidente, portanto, que muito antes de uma suposta distinção com as demais mulheres ou da posse de uma natureza essencialmente peculiar, *é na concepção que se tinha da própria natureza feminina, potencialmente frágil e suscetível de sucumbir mais facilmente aos prazeres da carne e às tentações, que se devem encontrar as razões da caça ou condenação das bruxas.* As concepções fundamentalmente misóginas do manual o ligam claramente às formulações esboçadas nas Sagradas Escrituras sobre o feminino. Exemplo disso, como vimos, era a ideia de que a mulher apresentaria um defeito primordial na sua formação desde a primeira mulher, Eva, a saber, o de ter seria ter sido formada de uma costela curva de Adão, que assentaria, desse modo, sua representação como um ser vivo possuidor de uma tendência natural à desvirtualização.

Ao longo dos séculos XV e XVI, as mulheres foram alvo de inúmeras suspeitas de prática de satanismo, práticas já enumeradas na Bíblia, o que resultou na condenação de aproximadamente cem mil mulheres com base no *Malleus Maleficarum*. A crença nos padrões de comportamento de fé e submissão, estimulada durante séculos pela Igreja e pelas autoridades patriarcais, foi um catalisador poderoso da perseguição às bruxas. Nesse sentido, a morte, que sempre foi considerada pelos cristãos um fim a ser atingido, não sendo, portanto, encarada necessariamente como um mal, tornava-se uma ferramenta repressora fundamental

para a inquisição. Evitava-se, portanto, a propagação de problemas de consciência ou escândalos no interior da própria Igreja, com a extirpação das ovelhas infectadas, prática que preservaria dos malefícios da heresia o rebanho da cristandade. Acreditava-se, por fim, que as pessoas queimadas assim o eram para seu próprio bem, na medida em que sua carne pecaminosa, ao mesmo tempo que punida, era derradeiramente purificada pelas chamas.

Considerando-se santa pelo dever de regulação doutrinal da cristandade, e por isso mesmo com todo o direito de condenar e matar em nome de Deus, a Inquisição, ao dispor de manuais como “O Martelo das Feiticeiras”, trazia consigo outros fundamentos teológicos para sua própria atuação. Esses fundamentos remontam, além do pensamento misógino extraído da Bíblia, a outras obras, como as de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e às leis cânones e seculares (civis), sem deixar de fazer constar “O Decretum”, escrito por Burchard Worms por volta do século X. Todos esses pressupostos, que analisamos acima, ligados ao medo sensível que se difundia na sociedade medieval para com o demônio, embasaram de certa forma serviram o início do brutal processo de caça às bruxas. Diante disso, muito mais decisivo para os inquisidores do que a negação das mulheres suspeitas às negações de bruxaria foi a confissão de seus crimes sob tortura, o que as levou à pena capital em fogueiras por toda a Europa. Sem dúvida, as representações misóginas tecidas por manuais como *O Martelo das Feiticeiras* se sobrepuseram às ações resistentes de mulheres à ortodoxia religiosa, produzidas por padrões de pensamento consagradamente patriarcais, mas não as baniram da história por completo. É como se pudéssemos entrever nas cinzas das fogueiras acesas pela história-triunfante camadas de indícios que testemunham um protagonismo real das mulheres em seus espaços já marcadamente reduzidos, um protagonismo que não se deu sem sofrer reações repressivas, dentre as quais se destacariam, além da violência física, a violência simbólica das representações normativas do feminino pela ortodoxia religiosa. Representações dessa natureza, que exaltavam virtudes de temor a Deus e de serviço incondicional à Igreja, traziam consigo também práticas de controle e de construção da própria identidade feminina na civilização ocidental.

Cabe salientar que este trabalho é apenas um ponto de partida, e seu autor, ciente da necessidade de sempre se buscar os fundamentos da investigação histórica, avista em seu horizonte de expectativa a possibilidade de explorar novos desdobramentos temáticos e aprofundar o próprio assunto em pesquisas vindouras.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lucas Magalhães. **O “MARTELO DAS BRUXAS”**: A Perseguição às Mulheres Durante o Processo Inquisitório realizado pela Igreja Católica Romana. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/o-martelo-das-bruxas-a-perseguiçao-as-mulheres-durante-o-processo-inquisitorio/105178/> > acesso em 20/01/2017.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália Séculos XV- XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BÍBLIA, Português. **BÍBLIA SAGRADA**: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 13ª reimpressão, 1997.

DUBY, Georges. **Eva e os Padres**: Damas do Século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DURÃES, Jaqueline Sena. **Mulher, Sociedade e Religião**. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/9CT?dd1=2763&dd99=pdf>.> acesso em: 12/02/20 17

Gladiador (EUA, 2005). Direção: Ridley Scott. Roteiro: David Franzoni, John Logan e William Nicholson.

KRAMER, Heinrich et al. **O Martelo das Feiticeiras**.17.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

LEAL, Larissa do Socorro Martins: **AS VÁRIAS FACES DA MULHER NO MEDIEVO**. Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj4y-P179TOAhWS15AKHdgKBFA4ChAWCEIwBg&url=http%3A%2F%2Fperiodicosonline.uems.br%2Findex.php%2FWRLEM%2Fissuue%2Fdownload%2F74%2F36&usg=AFQjCNHnETPVLsclgfdprFE\\_9vURVcy59A&bvm=bv.129759880,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj4y-P179TOAhWS15AKHdgKBFA4ChAWCEIwBg&url=http%3A%2F%2Fperiodicosonline.uems.br%2Findex.php%2FWRLEM%2Fissuue%2Fdownload%2F74%2F36&usg=AFQjCNHnETPVLsclgfdprFE_9vURVcy59A&bvm=bv.129759880,d.Y2I) > acesso em: 12/02/2017.

LE GOFF, Jacques et al. **Uma história do corpo na Idade Média**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru/ São Paulo: Edusc, 2005.

MACEDO, José Rivai. **A mulher na Idade Média**. São Paulo. Contexto, 2ª ed. 1992.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **SER MULHER NA IDADE MÈDIA**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5807/4813>> acesso em: 04/02/2017.

NERI, Christiane Soares Carneiro. **FEMINISMO NA IDADE MÈDIA: conhecendo a cidade das damas**. Disponível em: < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj4y-P179TOAhWS15AKHdgKBFA4ChAWCCAwaAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.ies.ufpb.br%2Ffojs%2Findex> >

php%2Fged%2Farticle%2Fdownload%2F16950%2F9653&usg=AFQjCNHqUtDPTxJhMTwI  
fa-IxJE\_EQCF9A&bvm=bv.129759880,d.Y2I > acesso em: 05/02/2017.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **BRUXARIA E HISTORIA**: As práticas Mágicas no Ocidente Cristão. São Paulo. Ática, 1991.

PALOU, Jean. **A Feitiçaria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

RÉGINE, Pernoud. **A mulher nos tempos das cruzadas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ROIZ, Diogo da Silva. **A Discreta e Sedutora “História das Mulheres”**. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-833320080001000\\_25](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-833320080001000_25) > acesso em 04/01/2017.

VIANA, Geysa Novaes. **AS BRUXAS NO MALLEUS MALEFICARUM**: Caracteres, Práticas e Poderes Demoníacos. Disponível em: <[vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/G/Geysa\\_Novais\\_Viana.pdf](http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/G/Geysa_Novais_Viana.pdf)> acesso em: 04/01/2017.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. **BRUXAS: figuras de poder**. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X20050002000\\_06](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20050002000_06)> acesso em: 04/01/2017